

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Correio do Estado*

Class.: 283

Data: 04.07.85

Pg.: _____

Fim do conflito na reserva Caduvéo

Os índios Caduvéo liberaram ontem, no final da tarde, a aeronave de prefixo PT-INX, de propriedade do fazendeiro Honorivaldo Alves de Abres, ex-arrendatário da Reserva Indígena da Bodoquena. A liberação foi feita mediante acordo entre as lideranças indígenas e os fazendeiros, os índios ressaltaram que não abrem mão do prazo estipulado para a retirada do gado do fazendeiro e mais dois ex-arrendatários.

Ontem, na fazenda Santo Onofre, tomada pelos índios, as lideranças afirmaram que não são um povo violento, mas não conseguiram outra saída para que se resolvesse o impasse. "Não podíamos ver nosso povo sendo massacrado pelos fazendeiros e ficar de braços cruzados esperando uma solução na Funai", afirmou o cacique Antônio Mendes.

Os caciques disseram que não tinham outra solução, para reaverem suas terras arrendadas pela Funai, com contratos fraudulentos, que exploravam as comunidades. "Essa terra, para

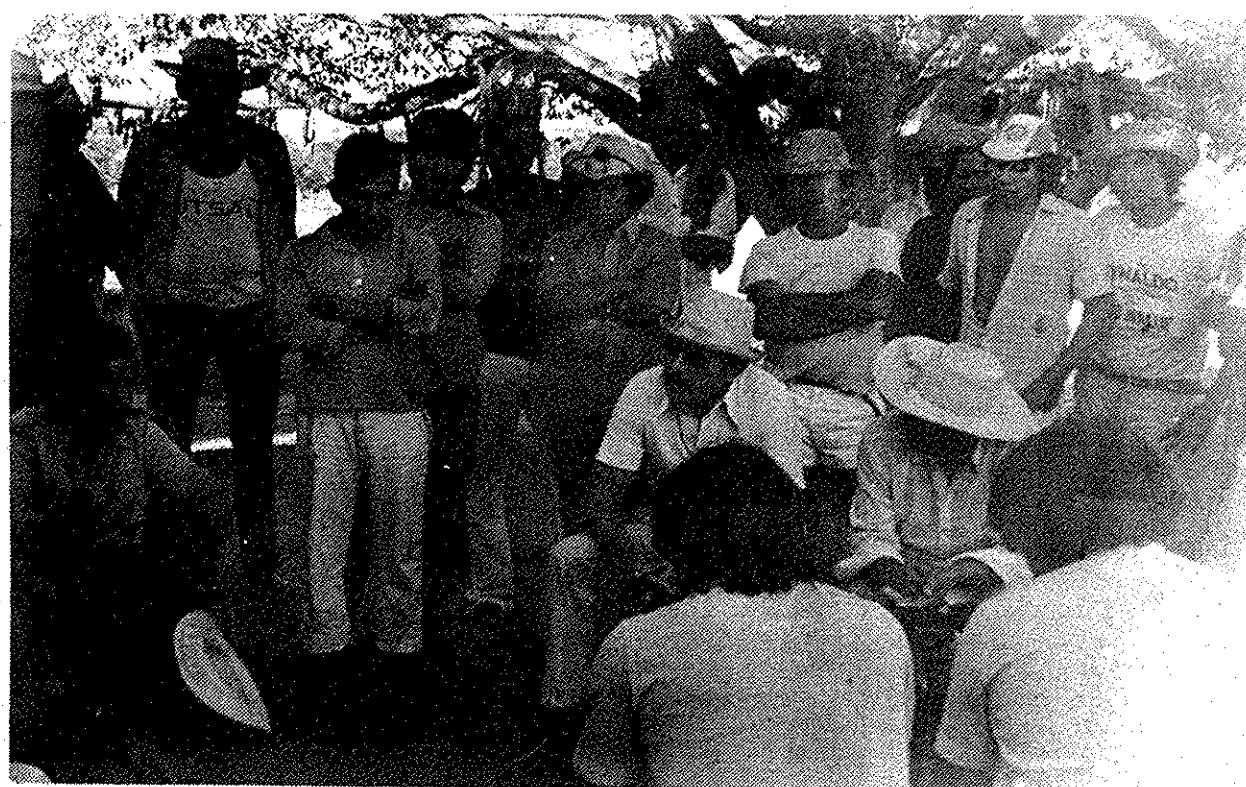
nós, não tem dinheiro que pague, porque foi conseguida com a vida de centenas de guerreiros e isto não tem preço", complementa o cacique.

Segundo o cacique Antônio Mendes, desde 1.º de janeiro deste ano, terminaram os contratos de arrendamento da Funai, com os fazendeiros e eles não querem sair. Ele disse que a comunidade quer que os acertos, desde janeiro, sejam cobrados junto aos fazendeiros, independente da Funai, pelo capim que o gado comeu.

Para eles a má administração feita pela Fundação Nacional do Índio nas terras da Reserva Indígena Caduvéo, é coisa do passado e não vão querer cobrar os contratos que não existem mais. Eles disseram que, atualmente, o que interessa é o diálogo entre as lideranças e os fazendeiros interessados, para que seja pago o arrendamento dos seis meses e retirem todo o gado das fazendas para que não haja mais conflitos, entre os dois lados, uma vez que o caso já foi dado por encerrado.

Apesar do clima tenso entre os índios, o fazendeiro Honorivaldo Alves de Abres, negociou com as lideranças para o pagamento do arrendamento dos últimos seis meses e a retirada de todo o gado nas fazendas arrendadas na reserva indígena. Apesar do fazendeiro pedir um prazo maior para a retirada do gado, por causa do difícil acesso à região e outros problemas, mas não foi aceito pelas lideranças, ficando valendo o prazo estipulado de 90 dias sob a pena de confiscarem o gado.

Foi decidido pelas lideranças que todo o gado pertencente ao fazendeiro Urbano de Medeiros, ex-arrendatário da Fazenda Santo Onofre, será levado para a Aldeia de Bodoquena, ficando à disposição, para pagamento do arrendamento das terras e outras negociações. A decisão foi tomada pelo não comparecimento do fazendeiro para as negociações que seriam feitas ontem na sede da fazenda, com a presença de dois funcionários da Fundação Nacional do Índio.



A reunião entre os índios e fazendeiros na Bodoquena



A audiência do governador com as lideranças indígenas

Governador ouve os caduvéo

Líderes dos índios Caduvéo, acompanhados do delegado regional da Fundação Nacional do Índio-Funai, Lizio Lili, estiveram em audiência ontem, às 10 horas da manhã, com o governador Wilson Barbosa Martins para fazer um relato do conflito que está ocorrendo na reserva indígena de Bodoquena e reivindicar a participação dele em uma reunião entre arrendatários e índios, que ocorrerá ainda este mês - mais precisamente no dia 20 próximo.

O delegado da Funai-MS, Lizio Lili, disse ao governador durante o encontro que a situação na área no momento é calma e que "o conflito só está ocorrendo porque os arrendatários não querem atender o pedido dos índios de deixarem as fazendas para que a Funai possa implantar um projeto de bovinocultura, que já está com tudo pronto para ser iniciado". Lizio também deixou claro ao governador que a sua participação no encontro entre índios e fazendeiros será fundamental no encaminhamento das negociações.

Durante a audiência, foi apresentado ao chefe do governo um documento sobre os episó-

dios transcorridos na semana passada na Reserva. No documento os índios esclarecem que seguraram o fazendeiro Honorivaldo Alves como refém para garantir a negociação e que, após o acordo feito com a presença do presidente da Funai e do deputado Mário Juruna, foi dado um prazo de 90 dias para ele retirar seu gado da reserva.

No documento, os índios afirmam ainda que querem a presença do outro arrendatário envolvido no conflito, Urbano Medeiros, e se isso não acontecer eles irão confiscar todo o rebanho de sua propriedade. Fora as reivindicações constantes do documento, os índios acrescentaram ainda ao governador que a liberação do avião de propriedade de Honorivaldo Alves estava na dependência desse acerto da participação do governador na reunião dos índios com os fazendeiros.

ENTENDIMENTOS

O governador Wilson Barbosa Martins quis saber qual a posição do presidente da Funai, Gerson Alves, e dos próprios índios.

O líder dos Caduvéo, Ambrósio Silva, disse ao governador que os índios estão prontos para um entendimento e querem conversar com os fazendeiros. Ele afirmou ainda a Wilson Martins, que os índios não pretendem retirar os 84 arrendatários da reserva no momento porque pode haver negociações e prorrogação de contratos, mas eles listaram três nomes de arrendatários que devem sair imediatamente.

Outro ponto questionado pelo governador foi com relação aos contratos com a Funai. Ambrósio Silva explicou ao chefe do governo que os índios não vão permitir ficarem à parte das negociações entre a Funai e arrendatários. "Os índios querem participar diretamente da elaboração e assinatura dos contratos com os arrendatários que foram permitidos ficar na reserva", esclareceu o líder Caduvéo. No final, o governador se dispôs a participação da reunião entre fazendeiros e índios, que ocorrerá no dia 20, e liberou um avião para transportar os líderes à aldeia, para liberação do avião que estava sendo ameaçado de exploração.

A Fetagri diz que denúncias são inverdades

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Fetagri, no Mato Grosso do Sul, contestou ontem as denúncias feitas esta semana na imprensa de negociações de terras envolvendo a entidade. Segundo a Fetagri, a comissão de cadastramento, composta por técnicos do Incra, Funai e Governo do Estado, vem sendo acompanhada por dois trabalhadores rurais (posseiros da Bodoquena) indicados pela federação.

Segundo a nota da Fetagri, estes dois trabalhadores rurais, são membros da comissão de posseiros, respeitada e prestigiada por eles e que têm a função de acompanhar a comissão de cadastramento por conhecerem muito bem a região e os posseiros. A nota ressalta ainda que não são eles que fazem o cadastro e sim os técnicos.

A Fetagri diz ainda que o cadastramento será conferido com outro cadastro feito "em passado recente" pelo Incra, no sentido de se verificar se os nomes coincidem em ambos. E mais: que os trabalhadores que acompanham a comissão governamental de cadastramento não são funcionários da federação e sim representantes dos posseiros para acompanharem os trabalhos.

A federação esclarece ainda que os posseiros indicados por ela, não têm a responsabilidade e nem delegação de poderes para cadastrar as famílias instaladas na reserva indígena. A Fetagri diz também que os posseiros que fazem parte da comissão só estão ajudando no trabalho que está sendo desenvolvido.